

Presidente do Senado diz que PDS e PMDB aprovaram efetivações

BRASILIA (O GLOBO) — O Presidente do Senado, Jarbas Passarinho, disse ontem que o ato que beneficiou 600 funcionários sem vínculo empregatício foi aprovado por unanimidade pela mesa do Senado, tanto de parte do PDS como do PMDB, os dois partidos que possuem cargos de direção.

O ato foi assinado dia 3 e publicado no Diário do Congresso do dia 6 de dezembro. Entre os beneficiados estão os chamados secretários parlamentares, indicados diretamente pelos senadores, que geralmente reservam o cargo para parentes.

Pelo ato, "os atuais secretários, com efetivo exercício em Brasília, que possuem dois anos de casa, têm os seus empregos transformados em cargos do quadro permanente (...) e os que tiverem menos de dois anos de casa passam a integrar o quadro pessoal da CLT".

Em um anexo ao ato da mesa estão arrolados os beneficiá-

rios da medida. Figuram entre eles Haroldo César Michiles, Maria Lafite Elvan Kalume, Tereza Emilia Wal de Carvalho Vianna, Gabriel Hermes Neto, Solon Coutinho de Lucena, Angélica Passarinho Mesquita, Glaucia Maria de Borba Benevides Gadelha, Nara Lícia Rodrigues Canale, Léa Maria Badaró de Castro, José Passos Porto Júnior, Celso Antony Parente, Gleyde Vuolo, Guilherme Brito Lins, Flávio Romero Moura Cunha Lima, Lídia Maria Bentes Carreira, Sônia Myria Santillo de Marais e Marcos Tadeu de Brito Lomanto.

Passarinho disse que embora ele tenha sido, de início, resistente à idéia da efetivação dos assessores, uma vez que a grande maioria é parente de senadores, cedeu à evidência de que existe uma "tradição familiar" no Senado que não envolve apenas os senadores, mas os próprios funcionários.